



SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

newsletter | Edição 1
Ano 1
Janeiro

25/01/2017

ECONÔMICO
Valor

25/01/2017 às 05h00

Crise reduz a arrecadação municipal em 6,4%

Por Simone Mateos | Para o Valor, de São Paulo



A retração da atividade econômica na capital paulista, no ano passado, em termos reais, reduziu a arrecadação do município em 6,4%, o que equivale a uma queda de R\$ 2 bilhões. O cálculo, da Secretaria Municipal da Fazenda, compara o total arrecadado em 2016 e em 2015, descontada a inflação. O número é grande, e não é para menos: a cidade representa um terço do PIB do Estado e 11% do PIB nacional – um ponto menos do que dois anos antes. Se fosse um país, São Paulo seria a 42ª maior economia do mundo, entre a Finlândia e o Chile. Com a crise, a capital paulista perdeu 133,5 mil postos de trabalho, ficando atrás só do Rio de Janeiro em número de demissões.

O impacto dessa queda de arrecadação sobre a execução orçamentária deste ano ainda está para ser avaliado, uma vez que não se espera grande melhoria no nível de atividade. A redução das receitas públicas está essencialmente vinculada à retração dos serviços, mas também ao mau desempenho do varejo. A boa notícia é que a queda de arrecadação acumulada em 12 meses foi se tornando progressivamente menor entre maio e novembro de 2016, o que pode ser sinal de que a crise já tocou no fundo do poço.

Essa é a expectativa da Federação Nacional do Comércio (Fecomercio), que prevê que o varejo paulistano fature este ano o mesmo ou pouco mais que no ano passado: cerca de R\$ 181 bilhões. “Com a queda da inflação e dos juros, estamos prevendo uma ligeira melhora nas vendas a partir do segundo semestre”, diz o assessor econômico da entidade, Altamiro Carvalho.

É o setor de serviços – que representa mais de 46% do PIB da cidade e um quinto do PIB de serviços do país – que vem enfrentando mais dificuldades. Em novembro, o setor de serviços paulistano sofreu seu 16º mês consecutivo de retração, na comparação interanual, segundo estudo da Fecomercio divulgado na última sexta-feira. As receitas do setor registraram uma queda de 3,3% na comparação com o mesmo mês de 2015, que já havia registrado queda recorde de 8,9% com relação a 2014. Queda sobre queda, o último foi o pior mês de novembro para os serviços paulistanos desde 2011. Seu faturamento foi de R\$ 21,4 bilhões, o que – descontada a inflação – representou cerca de R\$ 725 milhões a menos do que no ano anterior.

A contração do setor, porém, vem sendo menor mês a mês desde agosto, quando se compara o faturamento acumulado em 12 meses em comparação com os 12 meses anteriores.

Das 13 atividades de serviços analisadas pela pesquisa da Fecomercio, nove registraram retração no acumulado de janeiro a novembro, com destaque para a construção Civil (queda de 23%), seguida de serviços de representação (-15%), técnico-científicos (14,3%), serviços de mercadologia e comunicação (-11,9%) e de conservação, limpeza e reparação de móveis (-5%).

Apenas quatro segmentos dos serviços faturaram mais no ano passado, mas seu perfil não indica que isso seja uma coisa muito positiva para os paulistanos. A atividade que mais expandiu suas receitas no acumulado de janeiro a novembro foi saúde (21,6%) e a explicação da Fecomercio é triste: com a alta do desemprego, muita gente perdeu acesso ao plano de saúde, ampliando a busca por serviços particulares, o que incrementou os preços no setor. Ao mesmo tempo, num contexto de demissões, quem ainda não perdeu o convênio médico busca antecipar consultas e exames antes que isso ocorra. Note-se que, nas vendas do varejo, o setor farmacêutico também foi dos poucos que ampliou seu faturamento.

As outras atividades do setor serviços que aumentaram seu faturamento foram serviços bancários e financeiros (0,7%) e turismo (cresceu 6,6% graças, segundo a Fecomercio, à redução dos preços das diárias)

Mas o comércio varejista também se contraiu. Segundo a Pesquisa Conjuntural do Varejo da Fecomercio, os segmentos que mais reduziram suas vendas em 2016 foram os de materiais de construção, automóveis, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, além de vestuário e calçados, que acumularam perdas de receita entre 5% e 9%, com relação a 2015.

A retração se traduziu no fechamento de lojas e na eliminação de 14.224 postos de trabalho nos 12 meses anteriores a novembro. Segundo a Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings (Alshop), já no início de 2016, os shoppings mais antigos estavam com 9% de desocupação, percentual que chegara a 42% nos inaugurados após 2012. “Só não fecharam mais lojas porque negociar os valores de aluguel tornou-se comum”, explica o diretor da Alshop, Luis Ildefonso. Já entre os segmentos que aumentaram suas vendas destacam-se farmácia, perfumaria e supermercados.

Acordos salariais acompanham inflação em dezembro

Por Camilla Veras Mota | De São Paulo



Os reajustes salariais negociados no país através de acordos e convenções coletivas empataram com a inflação em dezembro pelo nono mês consecutivo, aponta o boletim Salariômetro, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos documentos homologados no Ministério do Trabalho. Em termos nominais, a correção mediana das remunerações com início de vigência no mês passado chegou a 7,4%, o equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado até novembro.

Os reajustes tiveram perda real em janeiro, fevereiro e março do ano passado, de 0,7%, 0,3% e 0,4%, nessa ordem. A partir de abril, quando o índice de preços começou a desacelerar e voltou a um dígito, a mediana passou a coincidir com o INPC - que atingiu seu valor máximo em janeiro, 11,3%, e fechou o ano em 6,58%.

Reajuste nominal dos salários

Em %



Foto: Salariômetro/Fipe

Durante todo o ano passado, o Salariômetro analisou 30.947 acordos e 4.593 convenções. Em média, 47,6% das negociações estabeleceram percentuais de aumento salarial abaixo do INPC, ou seja, com perda real. A proporção de reajustes abaixo do índice atingiu o pico de 67,8% em janeiro e, desde julho, quando chegou a 39,3%, vinha diminuindo.

Entre novembro e dezembro, contudo, ela voltou a crescer, de 26,7% para 39,5%. Na média do ano, 22,5% dos ajustes coincidiram com o INPC e 29,9% ficaram acima dele.

Na abertura por atividade, o boletim identificou apenas três categorias com aumento real em 2016, levando em consideração a mediana dos reajustes. Foram elas cemitérios e agências funerárias (0,3%), bancos e serviços financeiros (0,2%) e confecções e vestuário (0,2%). Entre os campeões de perda estão o segmento de artefatos para pesca e esporte (-24,6%), empresas jornalísticas (-3,8%) e extração e refino de petróleo (-3,1%).

A continuidade do processo de desinflação - que, conforme as projeções mais recentes, deve levar os índices para perto de 4,5% - é um ponto a favor das campanhas salariais em 2017, afirma Helio Zylberstajn, coordenador do boletim. "Quando a inflação é 'bem comportada', a probabilidade de aumento real tende a crescer", afirma o professor da FEA-USP.

O Salariômetro traz ainda um balanço dos acordos de redução de jornada de trabalho com redução de salários, instrumento bastante usado pelos empregadores em períodos de crise e também catalogado pelo ministério. Em 2016, a pasta registrou 353 documentos. Apenas 118, 33,4%, utilizaram o Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Lançado em agosto 2015 pelo governo Dilma Rousseff com o objetivo de desacelerar o volume expressivo de demissões no país, a iniciativa complementa, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), parte da redução prevista na remuneração dos funcionários afetados pelo corte na jornada. A Lei 4.923, de 1965, já regulamentava essa prática, mas sem o aporte de recursos públicos para compensar os empregados.

Entre os 235 acordos feitos fora do PPE, 168 são da indústria, 36 dos serviços, 27 da construção civil e 4 do comércio. Dos 118 realizados no âmbito do programa, quase 90%, 103, são da indústria. Muitos empresários relatam, desde sua criação, dificuldade para acessar o programa por causa de regras como a necessidade de se estar em dia com o recolhimento das contribuições trabalhistas e previdenciárias.

Indicadores Brasil				
Variação em %				
Indicador	jan	dez	nov	12 m*
IPCA		0,30	0,18	6,29
IGP-M		0,54	-0,03	7,17
IGP-10	0,88	0,20	0,06	7,15
Prod. Industrial**			0,2	-7,5
IBC-BR**			0,20	-4,96

[Veja as tabelas completas no ValorData](#) 

Fontes: IBGE, FGV e BC. Elaboração Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado ** Dessazonalizado

França quer levar engenheiros e tecnólogos



Enquanto profissionais da engenharia e tecnologia lutam por valorização no Brasil, a busca por talentos e empreendedores avança na França, incluindo o chamamento a estrangeiros que atuem nessas áreas.

Um programa lançado pelo governo francês no ano passado anunciou o interesse em adotar facilidades para que engenheiros e profissionais de tecnologia, além de empresas e empreendimentos voltados à inovação se instalem no país. Afora, os primeiros passos estão sendo dados.

Nesta terça, o site Infomoney divulgou o lançamento de um site do governo, o Tech Visa, que indica procedimentos para a obtenção de vistos por fundadores de start-ups, talentos ou investidores em tecnologia. O interesse em facilitar vai além. Caso o profissional consiga oferta de emprego em uma das 100 start-ups já cadastradas na França, o visto também será concedido. A família está incluída, e também poderá trabalhar no país.

De acordo com o Infomoney, o programa em si ainda não começou, e a intenção é criar mais estímulos que permitam levar pessoal qualificado em tecnologia.

AM com 18 mil empregos a menos

Por: Priscila Caldas pcaldas@jcam.com.br

23 Jan 2017, 15h21



O Amazonas encerrou 2016 com saldo negativo de vagas formais de trabalho menor do que o resultado verificado no ano anterior. Nos últimos 12 meses, o saldo na oferta de vagas foi negativo, com a perda de 18.048 postos de trabalho, número 52% menor do que o registrado em igual período de 2015, quando o saldo entre admissões e demissões chegou a menos 37.613 vagas.

Apesar do índice ainda ser negativo, os números mostram uma diminuição expressiva quanto ao fechamento de postos de trabalho. Conforme o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), publicado na sexta-feira (20), pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o setor industrial foi o que manteve o maior quantitativo de rescisões contratuais, seguido dos segmentos de serviços e do comércio.

Segundo o Caged, em 2016 a indústria contabilizou o saldo negativo de 6.245 postos de trabalho, número obtido pela diferença entre as admissões e desligamentos no ano. A variação foi de 5,91%. Em 2015, a diferença entre contratações e demissões foi negativa de 27.777, com variação negativa de 20.76%.

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, explica que a redução no volume de demissões não significa que houve recuperação na atividade industrial, mas sim que as empresas estão operando com o quadro mínimo de colaboradores necessários à produção.

"Infelizmente a atividade industrial continua em queda, o que afeta os empregos. A estabilidade só será sinalizada depois de uma recuperação econômica e fabril e isso depende das medidas econômicas a serem adotadas pelo Governo Federal", disse.

Périco afirma que existe rotatividade quanto às vagas existentes nas indústrias. Porém, destaca que as contratações não se tratam de novos postos abertos. "O número de empregos gerados pelo PIM caiu. A rotatividade existe, mas é relacionada a uma vaga desocupada por uma pessoa que se aposentou ou pela troca por um funcionário com melhor qualificação, por exemplo", explica.

O setor de serviços registrou o segundo maior volume de perdas de emprego no Estado. Em 2016 o segmento contratou 49.823 pessoas, demitiu 55.317 colaboradores, com o saldo negativo de 5.494 postos de emprego. A variação negativa foi de 3,17%. No ano anterior, a diferença entre as admissões e os desligamentos foi de menos 6.350 vagas, com variação de -3,54%.

O comércio fechou o ano com saldo negativo de 3.516 vagas e variação negativa de 3,47%. Em 2015, a diferença entre os contratados e desligados foi negativa de 596 postos.

Para o presidente da assembleia geral e do conselho superior da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Ismael Bicharra, o aumento expressivo no volume de demissões é atribuído à crise econômica que atinge além dos demais setores da economia, o de serviços e o comércio, com maior intensidade desde 2014. Ele explica que em tempos de problemas econômicos atividades como salão de beleza, serviços relacionados ao turismo e à hotelaria, assim como o ramo de alimentos são os mais afetados. Em Manaus, segundo o empresário, o setor de turismo e hoteleiro enfrentam dificuldades devido à baixa demanda. Como resultado, acontecem as demissões.

"Estamos em uma crise difícil no país onde 2015 e 2016 foram de dificuldades e acredito que 2017 será de problemas econômicos também. Pode ser que no segundo semestre haja alguma melhora decorrente das medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal, o que pode gerar novos investimentos e reconquista da credibilidade no meio empresarial", afirma. "Podemos destacar o setor de turismo que investiu muito para a Copa do Mundo e não obteve retorno. Hoje, enfrentam dificuldades por baixa demanda com ocupação que gira entre 20% e 30% da capacidade", completa.

O setor da construção civil, por outro lado, apresentou equilíbrio na oferta de vagas formais de trabalho. Em 2016, o setor fechou o ano com saldo de 2.363 vagas, com variação de 8,27%. Em 2015, o saldo foi negativo, com 2.847 vagas a menos e variação de 8,65%.

O presidente do Sinduscon-AM (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas), Frank Souza, analisa que os números mostram estabilidade no cenário da construção civil no Estado. Ele afirma que o volume de contratações e demissões tem sido mantido, sem números expressivos.

"O cenário está mais otimista principalmente pelas notícias veiculadas a nível nacional sobre a situação econômica do país. A redução dos juros e da inflação conseqüentemente gera maior facilidade para o cliente na hora da compra. Também contamos com obras do programa Minha Casa Minha Vida neste ano no Estado, há previsão para que aconteça no Amazonas também e isso deverá movimentar o segmento", disse.

Tribunal de Contas do Rio bloqueia R\$ 220 mi de empreiteiras da Calicute

Determinação refere-se a contratos do PAC da Rocinha e nos Complexos de Manguinhos e do Alemão; corte pede ainda que seja notificado o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), que era secretário de Obras quando parte do projeto foi executado

RIO - O Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) determinou nesta terça-feira, 24, que a Secretaria da Fazenda retenha R\$ 220 milhões em créditos devidos nos contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Rocinha e nos Complexos de Manguinhos e do Alemão.

A corte de contas aprovou voto do conselheiro José Gomes Graciosa, que apontou superfaturamento e sobrepreço nessas obras, algumas iniciadas em 2008, durante o governo de Sérgio Cabral (PMDB). A Operação Calicute, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, que prendeu Cabral e alguns de seus ex-auxiliares, já apontara desvios no programa, o chamado PAC das Favelas.

A determinação do TCE-RJ atinge as construtoras Queiroz Galvão, Caenge e Carioca Engenharia, responsáveis pelas obras na Rocinha; e Andrade Gutierrez, EIT e Camter, responsáveis por Manguinhos. Também estão na lista Odebrecht, OAS e Delta Construções, às quais coube o Complexo do Alemão.

A corte determinou ainda que seja notificado o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), que era secretário de Obras quando parte do projeto foi executado. Também consta na lista Hudson Braga, outro ex-secretário da pasta, que está preso na Operação Calicute.

Os gestores públicos deverão prestar esclarecimentos sobre a assinatura de contratos com valores acima do estipulado em licitação. O conselheiro baseou seu voto em relatórios apresentados pela Controladoria-Geral da União (CGU), órgão responsável pela fiscalização dos recursos federais aplicados nas obras



Odebrecht busca vender R\$ 7 bi em ativos para cumprir meta

Grupo estuda abrir capital de subsidiária de engenharia em 2018

RIO - O grupo Odebrecht tem o desafio de levantar, ainda este ano, cerca de R\$ 7 bilhões em venda de ativos para cumprir sua meta de desinvestimento, reduzir sua dívida e honrar compromissos previstos nos acordos de leniência firmados com autoridades de Estados Unidos, Brasil e Suíça no fim do ano passado. O grupo se comprometeu a pagar R\$ 6,9 bilhões em multas ao longo dos próximos 23 anos. Entre os ativos na prateleira estão uma participação na hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira (RO), e negócios na área de saneamento que ficaram de fora da venda da Odebrecht Ambiental para a gestora canadense Brookfield.

Dentro do programa de desinvestimento está em análise a abertura de capital da Odebrecht Engenharia e Construção, que engloba a construtora Norberto Odebrecht - com atuação no Brasil - e os braços de infraestrutura e da área industrial no exterior. Caso o plano vingue, o projeto deve sair do papel apenas no ano que vem. Hoje, a petroquímica Braskem é a única empresa do grupo com ações em Bolsa. A dívida líquida do grupo superava R\$ 70 bilhões em meados de 2016.

FAMÍLIA LONGE DA GESTÃO

A reestruturação do grupo inclui ainda o afastamento de membros da família Odebrecht da presidência dos conselhos de administração e da presidência executiva das empresas do conglomerado, conforme revelou o "Valor Econômico". Assim, a família exercerá, fundamentalmente, o papel de investidora, mantendo-se longe da gestão. A ideia é que os conselhos sejam formados por profissionais independentes, num esforço de recuperação de credibilidade junto ao mercado.

No ano passado, quando as investigações da Lava-Jato e a crise econômica por que passa o país abalaram os negócios do grupo, a Odebrecht estabeleceu a meta de se desfazer de ativos avaliados em cerca de R\$ 12 bilhões até meados de 2017. A empresa já conseguiu vender R\$ 5 bilhões. A transação mais recente foi a venda da distribuidora de químicos quantiQ para a multinacional GTM, por R\$ 550 milhões. Outra operação relevante foi a venda de 70% da Odebrecht Ambiental para a canadense Brookfield. Os 30% restantes pertencem ao fundo FI-FGTS.

REFORÇO DA PETROQUÍMICA

A negociação para a venda futura de ativos é uma das principais preocupações do patriarca Emílio Odebrecht, que se comprometeu a ficar à frente do grupo por cerca de dois anos para conduzir a reorganização do conglomerado e assegurar que uma Odebrecht mais enxuta possa caminhar sozinha e gerar caixa suficiente para se manter de pé. Após esse período, o executivo vai cumprir sua pena de quatro anos, parte dela em prisão domiciliar e outra parte em regime semiaberto. A delação premiada de 77 executivos do grupo ainda será homologada no Brasil.

A fatia de 28,6% na usina de Santo Antônio é um dos ativos que vêm atraindo mais interessados. Segundo fontes de mercado, a tendência é que um grupo estrangeiro compre a participação. A chinesa State Grid é vista como uma das candidatas com maior apetite pela hidrelétrica, por ter avançado no setor elétrico no país nos últimos anos.

A redução ou saída da Odebrecht de setores como energia e saneamento virá acompanhada do reforço de presença em outros ramos, como o petroquímico. Na estratégia do grupo, a Braskem, da qual a Odebrecht tem 38,3%, ao lado da Petrobras, com fatia de 36,1%, será uma espécie de âncora financeira.

Em 2014, último dado disponível, a Braskem respondeu por 37,8% da geração de caixa de R\$ 14,8 bilhões do grupo. A área de engenharia e construção, embora mais associada à marca do conglomerado, respondeu por 21,2% do total. Mesmo diante da crise em que se envolveu o grupo, os investimentos da petroquímica avançaram, com o início de operações de uma fábrica de polietileno nos Estados Unidos, este mês, e a inauguração do maior complexo petroquímico da América Latina, no México, no ano passado.

- A Petrobras já anunciou que quer sair da Braskem, mas acho possível que a empresa fique, o que pode fortalecer a petroquímica - disse João Zuñeda, sócio da consultoria Maxiquire.

Financiamento imobiliário com recursos de poupança cresce 35,2% em dezembro



Os financiamentos com recursos da caderneta de poupança atingiram R\$ 5,38 bilhões, em dezembro do ano passado, o que representou um crescimento de 35,2% ante novembro. Em relação a dezembro de 2015, houve crescimento de 12,9%, de acordo com dados divulgados hoje (24) pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Os dados mostram ainda que no ano passado os financiamentos imobiliários chegaram aos valores de R\$ 46,6 bilhões, mas foram 38,3% menores do que em 2015, quando atingiram R\$ 75,58 bilhões de janeiro a dezembro. Em todo o ano de 2016 foram financiadas 199,7 mil unidades, queda de 41,5% na comparação com o ano de 2015, quando as unidades financiadas chegaram a 341,5 mil unidades.

No último mês de 2016 foram financiados 20,4 mil imóveis nas modalidades de aquisição e construção, com crescimento de 35,2% na comparação com novembro quando foram financiados 15,1 mil imóveis.

Os depósitos nas cadernetas em dezembro de 2016 superaram os saques em R\$ 9 bilhões com relação ao mesmo mês de 2015, quando o balanço entre depósitos e retiradas havia sido positivo em R\$ 4,79 bilhões. Os dados mostram ainda que entre janeiro e dezembro de 2016 a saída da poupança foi de R\$ 31,2 bilhões, mas mesmo assim foi melhor do que em 2015 quando houve saída de R\$ 50,1 bilhões.

“Apesar de ter perdido dinheiro, a rentabilidade garantiu que o estoque tenha voltado a crescer. Ainda que muito pouco é uma excelente notícia que mostra poupança tendo reversão. Em um cenário que o estoque cresce de maneira sutil parece que entrou no fundo do poço mas está saindo. Então 2017 sinaliza que estamos entrando num novo momento”, disse o presidente da Abecip, Gilberto Duarte de Abreu Filho.

Ele destacou que os números são resultado da atividade econômica caindo drasticamente e atingindo todos os setores. “Uma das boas notícias do início do ano é a inflação baixando, o que permite que os juros caiam. Em 2017 já temos juros de longo prazo mais baixo. A tendência é a de que, na medida que os juros de curto prazo e as reformas sejam aprovadas, a curva ceda cada vez mais, até mais rápido que a curva dos juros”, disse Abreu Filho.

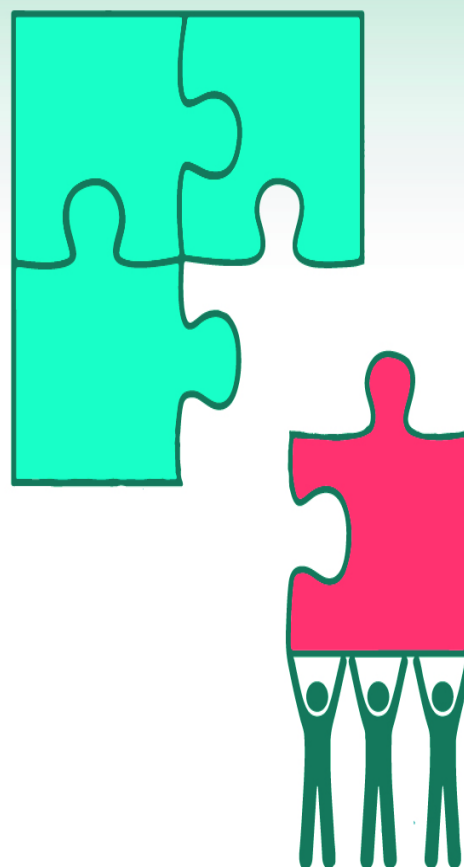
Segundo os dados, os financiamentos pela poupança foram menores do que os feitos pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com os quase R\$ 47 bilhões da poupança contra os R\$ 64 bilhões do FGTS. “Os preços de juros do FGTS são mais atrativos porque são mais competitivos mesmo com relação ao aluguel. O FGTS tem ocupado algum espaço da poupança principalmente por conta do Minha Casa, Minha Vida. Este mercado está extremamente ativo”.

Contribuição Sindical 2017

A OBRIGATORIEDADE da Contribuição Sindical está descrita no Art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e as empresas têm até o último dia útil de janeiro para fazerem este recolhimento.

Porque manter a Contribuição Sindical em dia?

- Assessorias Jurídica, Econômica, Fiscal, Relações do Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- Capacitações e Eventos nas áreas de:
Segurança e Saúde do Trabalho;
Qualificação e Requalificação Profissional;
Qualidade e Produtividade;
Fiscal/Tributária;
Novas Tecnologias.



FORTALEÇA O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL



SINDUSCON-AM

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

TELEFONES: (92)3622-1529 (92)3622-6525

SITE: www.sinduscon-am.org.br

e-mail: administracao@sinduscon-am.org.br